

# SUMÁRIO

<b>NOTA À 6ª EDIÇÃO .....</b>	<b>29</b>
<b>PREFÁCIO.....</b>	<b>31</b>
<b>Capítulo I</b>	
<b>LINHAS INTRODUTÓRIAS.....</b>	<b>35</b>
1. Direito Processual Penal .....	35
1.1. Conceito e finalidade.....	35
1.2. Características.....	36
1.3. Posição enciclopédica .....	36
2. Entendendo o tema.....	37
2.1. Interesse .....	37
2.2. Pretensão.....	37
2.3. Lide .....	37
2.4. Ação.....	39
2.5. Processo .....	39
2.5.1. Procedimento (aspecto objetivo do processo).....	40
2.5.2. Relação jurídica processual (aspecto subjetivo do processo).....	40
3. Sistemas processuais.....	41
3.1. Sistema inquisitivo.....	41
3.2. Sistema acusatório .....	42
3.3. Sistema misto ou acusatório formal.....	43
4. Fontes.....	44
4.1. Conceito .....	44
4.2. Classificação .....	44
5. Analogia .....	45
5.1. Conceito.....	45
5.2. Espécies.....	46
6. Interpretação da Lei Processual .....	46
6.1. Quanto à origem ou ao sujeito que a realiza.....	47
6.2. Quanto ao modo ou aos meios empregados .....	49
6.3. Quanto ao resultado .....	49
7. A Lei Processual Penal no Tempo .....	49
7.1. Retroatividade pro réu.....	51
8. A Lei Processual Penal no Espaço .....	51
9. Princípios processuais Penais.....	54
9.1. Princípio da presunção de inocência ou da não-culpabilidade .....	55
9.2. Princípio da imparcialidade do juiz .....	56
9.3. Princípio da igualdade processual.....	57
9.4. Princípio do contraditório ou bilateralidade da audiência .....	58

9.5.	Princípio da ampla defesa .....	58
9.6.	Princípio da ação, demanda ou iniciativa das partes.....	58
9.7.	Princípio da oficialidade .....	59
9.8.	Princípio da oficiosidade.....	59
9.9.	Princípio da verdade real .....	59
9.10.	Princípio da obrigatoriedade.....	60
9.11.	Princípio da indisponibilidade .....	61
9.12.	Princípio do impulso oficial.....	61
9.13.	Princípio da motivação das decisões.....	62
9.14.	Princípio da publicidade .....	62
9.15.	Princípio do duplo grau de jurisdição .....	63
9.16.	Do juiz natural .....	64
9.17.	Do promotor natural ou do promotor legal .....	64
9.18.	Do defensor natural .....	65
9.19.	Princípio do devido processo legal .....	66
9.20.	Princípio do favor rei ou favor réu.....	67
9.21.	Princípio da economia processual.....	67
9.22.	Princípio da oralidade .....	67
9.23.	Princípio da autoritariedade.....	68
9.24.	Princípio da duração razoável do processo penal .....	69
9.25.	Princípio da proporcionalidade.....	72
9.26.	Princípio da inexigibilidade de auto-incriminação .....	74
10.	Quadro Sinótico .....	75
11.	Súmulas Aplicáveis.....	81
11.1.	STJ .....	81
11.2.	STF.....	81
12.	Informativos recentes.....	81
12.1.	STJ.....	81
12.2.	STF.....	83
13.	Questões de Concursos públicos.....	84
<b>Capítulo II</b>		
<b>INQUÉRITO POLICIAL .....</b>		<b>89</b>
1.	A persecução criminal.....	89
2.	Polícia Judiciária e Polícia Administrativa .....	89
2.1.	Polícia administrativa ou de segurança.....	90
2.2.	Polícia judiciária .....	90
3.	Conceito e Finalidade do Inquérito Policial .....	90
3.1.	Natureza jurídica do inquérito .....	91
4.	Inquéritos não policiais.....	91
5.	Características do Inquérito Policial .....	94
5.1.	Discricionariedade .....	94
5.2.	Escrito .....	95
5.3.	Sigiloso .....	95
5.4.	Oficialidade .....	97
5.5.	Oficiosidade .....	97
5.6.	Indisponibilidade.....	98
5.7.	Inquisitivo .....	98
5.8.	Autoritariedade .....	99

## SUMÁRIO

5.9. Dispensabilidade.....	100
6. Competência (atribuição).....	100
6.1. Critério territorial.....	100
6.2. Critério material.....	100
6.3. Critério em razão da pessoa.....	100
7. Prazos.....	101
7.1. Regra geral.....	101
7.2. Prazos especiais.....	101
7.3. Contagem do prazo.....	102
8. Valor probatório.....	103
9. Vícios.....	105
10. Notitia criminis (notícia do crime).....	106
10.1. Conceito.....	106
10.2. Espécies.....	107
11. Peças inaugurais do inquérito policial.....	109
12. Incomunicabilidade.....	109
13. Providências.....	111
13.1. Reprodução simulada dos fatos.....	117
13.2. Indiciamento.....	118
14. Encerramento.....	119
14.1. Crimes de ação penal pública.....	120
14.2. Crimes de ação penal privada.....	128
15. Considerações finais.....	128
15.1. Termo circunstanciado.....	128
15.2. Controle externo da atividade policial.....	129
16. Quadro sinótico.....	130
17. Súmulas aplicáveis.....	135
17.1. STJ.....	135
17.2. STF.....	135
18. Informativos recentes.....	135
18.1. STJ.....	135
18.2. STF.....	136
19. Questões de concursos públicos.....	137

### Capítulo III

<b>AÇÃO PENAL</b> .....	145
1. Conceito.....	145
2. Características.....	145
2.1. Localização no ordenamento jurídico.....	146
3. Condições da ação.....	146
3.1. Conceito.....	146
3.2. Oportunidade para verificação das condições da ação.....	152
4. Classificação das ações.....	153
4.1. Ação penal pública incondicionada.....	153
4.1.1. Conceito e titularidade.....	153
4.1.2. Princípios informadores.....	154
4.2. Ação pública condicionada.....	157
4.2.1. Conceito e considerações.....	157
5. Ação penal privada.....	163

5.1.	Conceito e considerações .....	163
5.2.	Titularidade .....	164
5.3.	Princípios .....	165
5.4.	Espécies de ação penal privada .....	170
5.5.	Custas e honorários advocatícios .....	172
6.	Questões complementares .....	172
6.1.	Ação de prevenção penal .....	173
6.2.	Ação penal <i>ex officio</i> .....	173
6.3.	Ação penal pública subsidiária da pública .....	173
6.4.	Ação penal popular .....	174
6.5.	Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público .....	175
6.6.	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual .....	175
6.6.1.	Direito intertemporal .....	178
6.7.	Ação penal secundária .....	178
6.8.	Ação penal adesiva .....	179
6.9.	Ação penal na injúria por preconceito .....	179
6.10.	Ação penal extensiva .....	180
6.11.	Ação penal de segundo grau .....	180
7.	Inicial acusatória .....	180
7.1.	Conceito .....	180
7.2.	Requisitos formais .....	181
7.3.	Prazos para oferta da denúncia .....	185
7.3.1.	Prazos especiais para oferta da denúncia .....	185
7.3.2.	Início da contagem do prazo e o seu encerramento .....	186
7.3.3.	Desatendimento do prazo .....	186
7.4.	Prazos para oferta da queixa-crime .....	187
7.4.1.	Prazos especiais .....	187
7.5.	Aditamento da queixa .....	188
7.6.	Rejeição da denúncia ou queixa .....	188
7.6.1.	Repropositura da ação .....	191
7.6.2.	Rejeição X não recebimento .....	191
7.6.3.	Rejeição parcial .....	191
7.6.4.	Recurso para combater a rejeição .....	191
7.6.5.	Fundamentação do recebimento e recebimento tácito .....	192
8.	Quadro sinótico .....	194
9.	Súmulas aplicáveis .....	201
9.1.	STJ .....	201
9.2.	STF .....	201
10.	Informativos recentes .....	201
10.1.	STJ .....	201
10.2.	STF .....	204
11.	Questões de concursos públicos .....	208

#### Capítulo IV

<b>AÇÃO CIVIL EX DELICTO</b> .....	215
1. Considerações iniciais .....	215
2. Legitimidade ativa e passiva .....	215
3. Competência na ação reparatória .....	217
4. Sistemas processuais .....	218



5. Suspensão da demanda civil .....	220
5.1. Regime legal da suspensão .....	220
6. Execução da sentença condenatória penal .....	221
7. Sentença absolutória e subordinação temática .....	222
8. Revisão criminal e ação rescisória .....	224
9. Prazo prescricional .....	224
10. Quadro Sinótico .....	224
11. Súmulas Aplicáveis .....	226
11.1. STJ .....	226
12. Informativos recentes .....	226
12.1. STJ .....	226
12.2. STF .....	227
13. Questões de concursos públicos .....	227

## Capítulo V

<b>JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA</b> .....	229
1. Jurisdição .....	229
1.1. Conceito .....	229
1.2. Princípios .....	230
1.2.1. Investidura .....	230
1.2.2. Indelegabilidade .....	230
1.2.3. Juiz natural .....	230
1.2.4. Inafastabilidade .....	231
1.2.5. Inevitabilidade ou irrecusabilidade .....	231
1.2.6. Correlação ou relatividade .....	231
1.2.7. Devido processo legal .....	235
1.3. Características .....	235
1.3.1. Inércia .....	235
1.3.2. Substitutividade .....	235
1.3.3. Lide .....	236
1.3.4. Atuação do direito .....	236
1.3.5. Imutabilidade .....	236
2. Competência .....	236
2.1. Conceito .....	236
2.2. Critérios .....	237
2.2.1. Competência material .....	237
2.2.2. Competência funcional .....	237
2.3. Competência <i>ratione materiae</i> .....	238
2.3.1. Justiça comum estadual .....	238
2.3.2. Justiça comum federal .....	238
2.3.3. Competência da justiça especializada militar .....	249
2.3.4. Competência da justiça especializada eleitoral .....	251
2.4. Competência <i>ratione loci</i> .....	251
2.4.1. Domicílio ou residência do réu .....	253
2.4.2. Critério subsidiário .....	253
2.4.3. Crimes praticados a bordo de navios ou aeronaves .....	254
2.4.4. Crimes praticados no exterior .....	255
2.4.5. Súmulas aplicadas .....	256
2.5. Competência pela natureza da infração .....	256

2.6.	Competência <i>ratione personae</i> ou <i>ratione functionae</i> .....	256
2.6.1.	Prerrogativa de função e manutenção do cargo ou mandato.....	258
2.6.2.	Prerrogativa X tribunal do júri.....	260
2.6.3.	Prerrogativa funcional dos prefeitos.....	260
2.6.4.	Foro privilegiado e deslocamento.....	261
2.7.	Competência absoluta X relativa.....	261
2.8.	Prevenção.....	262
2.9.	Distribuição.....	263
2.10.	Conexão e continência.....	263
2.10.1.	Conexão.....	263
2.10.2.	Continência.....	265
2.11.	Foro prevalente.....	265
2.12.	Separação de processos.....	269
2.12.1.	Separação obrigatória.....	269
2.12.2.	Separação facultativa.....	271
2.13.	Perpetuatio jurisdictionis.....	272
2.13.1.	Surgimento de nova vara.....	272
3.	Quadro sinótico.....	273
4.	Súmulas aplicáveis.....	280
4.1.	STJ.....	280
4.2.	STF.....	281
5.	Informativos recentes.....	282
5.1.	STJ.....	282
5.2.	STF.....	287
6.	Questões de concursos públicos.....	288

## Capítulo VI

<b>QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES</b> .....	299
1. Considerações iniciais.....	299
2. Questões prejudiciais.....	301
2.1. Classificação.....	301
2.1.1. Prejudicial homogênea e heterogênea.....	301
2.1.2. Prejudicial obrigatória e facultativa.....	302
2.1.3. Prejudicial total e parcial.....	303
2.1.4. Prejudicial devolutiva e não devolutiva (princípio da suficiência).....	303
2.2. Natureza jurídica.....	304
2.3. Sistemas de solução.....	304
2.4. Processamento da prejudicial obrigatória e da facultativa.....	305
2.5. Recursos.....	306
2.6. Prescrição.....	306
3. Exceções.....	306
3.1. Conceito.....	306
3.2. As espécies de exceções e seus processamentos.....	307
3.2.1. Exceção de suspeição.....	307
3.2.2. Exceção de incompetência.....	310
3.2.3. Exceção de litispêndência.....	311
3.2.4. Exceção de ilegitimidade de parte.....	312
3.2.5. Exceção de coisa julgada (exceptio rei judicatae).....	313
4. Incompatibilidades e impedimentos.....	315

4.1.	Processamento.....	315
4.2.	Efeitos .....	317
4.3.	Recursos .....	317
5.	Conflito de jurisdição.....	317
5.1.	Espécies e competência.....	318
5.2.	Processamento.....	319
5.3.	Recursos.....	319
6.	Conflito de atribuições .....	320
6.1.	Competência para dirimir o conflito .....	320
6.2.	Processamento.....	322
7.	Restituição de coisas apreendidas .....	322
7.1.	Introdução .....	322
7.2.	Autoridade restituinte.....	323
7.3.	Confisco .....	323
7.4.	Procedimento da restituição .....	323
7.5.	Recurso .....	324
8.	Medidas assecuratórias .....	324
8.1.	Sequestro de bens imóveis .....	324
8.1.1.	Cabimento .....	324
8.1.2.	Embargos .....	325
8.1.3.	Recurso.....	326
8.1.4.	Levantamento .....	326
8.1.5.	Destinação ao final do processo .....	326
8.2.	Sequestro de bens móveis .....	326
8.2.1.	Cabimento .....	326
8.2.2.	Embargos.....	326
8.2.3.	Recurso.....	327
8.2.4.	Levantamento .....	327
8.2.5.	Destinação ao final do processo .....	327
8.3.	Hipoteca legal .....	327
8.3.1.	Cabimento .....	327
8.3.2.	Procedimento .....	327
8.3.3.	Recurso.....	328
8.3.4.	Levantamento.....	328
8.3.5.	Destinação ao final do processo .....	329
8.4.	Arresto de bens móveis (antigo sequestro definitivo).....	329
8.4.1.	Cabimento .....	329
8.4.2.	Procedimento .....	330
8.4.3.	Recurso.....	330
8.4.4.	Levantamento.....	330
8.4.5.	Destinação ao final do processo.....	330
8.5.	Arresto de imóveis (antigo sequestro prévio).....	330
8.5.1.	Cabimento .....	331
8.5.2.	Recurso.....	331
9.	Incidente de falsidade.....	332
9.1.	Introdução .....	332
9.2.	Espécies.....	333
9.3.	Legitimidade .....	333

9.4. Procedimento do incidente.....	333
9.5. Efeitos .....	334
9.6. Recurso .....	334
10. Incidente de insanidade mental.....	335
10.1. Introdução .....	335
10.2. Procedimento .....	335
10.3. Sequência.....	336
10.4. Recurso .....	336
10.5. Insanidade que se manifesta no cumprimento da pena.....	336
10.6. Insanidade superveniente.....	337
11. Quadro Sinótico .....	338
12. Súmulas Aplicáveis.....	347
12.1. STJ .....	347
13. Informativos recentes.....	347
13.1. STJ .....	347
13.2. STF.....	348
14. Questões de concursos públicos.....	350

## Capítulo VII

<b>PROVA</b> .....	357
1. Teoria Geral da Prova .....	357
1.1. Conceito e finalidade.....	357
1.2. Destinatários .....	358
1.3. Natureza jurídica.....	358
1.4. Objeto.....	359
1.5. Classificação da prova.....	360
1.5.1. Quanto ao objeto .....	360
1.5.2. Quanto ao efeito ou valor.....	360
1.5.3. Quanto ao sujeito ou causa.....	361
1.5.4. Quanto à forma ou aparência .....	361
1.6. Meios de prova.....	361
1.7. Vedação probatória.....	362
1.8. Teorias sobre o tema “provas ilícitas”.....	365
1.8.1. Teoria dos frutos da árvore envenenada ( <i>fruits of the poisonous tree</i> ) .....	365
1.8.1.1. Teorias decorrentes .....	367
1.8.2. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade.....	371
1.8.3. Teoria da exclusão da ilicitude da prova .....	374
1.9. Prova emprestada.....	374
1.10. Ônus da prova .....	376
1.11. Iniciativa do juiz .....	377
1.12. Sistemas de apreciação da prova.....	380
1.12.1. Sistema da certeza moral do juiz ou íntima convicção .....	380
1.12.2. Sistema da certeza moral do legislador, das regras legais ou da prova tarifada .....	380
1.12.3. Sistema do livre convencimento motivado ou persuasão racional .....	380
1.13. Princípios da prova .....	382
1.13.1. Princípio da auto-responsabilidade das partes .....	382
1.13.2. Princípio da audiência contraditória .....	382
1.13.3. Princípio da aquisição ou comunhão .....	382



1.13.4.	Princípio da oralidade .....	382
1.13.5.	Princípio da publicidade.....	383
1.13.6.	Princípio do livre convencimento motivado .....	383
1.14.	Procedimento probatório.....	383
2.	Provas em espécie .....	384
2.1.	Exames periciais .....	384
2.1.1.	Considerações gerais.....	384
2.1.1.1.	Assistente técnico .....	386
2.1.2.	Realização das perícias .....	387
2.1.3.	Apreciação dos laudos periciais.....	389
2.1.4.	Exame de corpo de delito.....	389
2.1.5.	Necessidade do laudo.....	391
2.1.6.	Outras perícias.....	391
2.1.6.1.	Exame necroscópico .....	391
2.1.6.2.	Exame de lesões corporais.....	393
2.1.6.3.	Perícia em incêndio.....	394
2.1.6.4.	Perícia laboratorial.....	394
2.1.6.5.	Exame grafotécnico .....	394
2.1.6.6.	Exame nos instrumentos da infração .....	395
2.1.6.7.	Exame na destruição ou rompimento de obstáculo e na escalada .....	396
2.1.6.8.	Avaliação .....	397
2.1.6.9.	Exame de embriaguez ao volante .....	397
2.2.	Interrogatório do acusado .....	398
2.2.1.	Conceito e natureza jurídica.....	398
2.2.2.	Necessidade e reinterrogatório.....	400
2.2.3.	Formalidades do interrogatório .....	402
2.2.4.	Procedimento .....	405
2.2.4.1.	Preliminares .....	405
2.2.4.2.	Conteúdo.....	407
2.2.4.3.	Formalidades.....	409
2.2.4.4.	Interrogatório do réu menor de vinte e um anos.....	409
2.2.4.5.	Compatibilidade com o inquérito policial .....	410
2.3.	Confissão.....	413
2.3.1.	Conceito e objeto .....	413
2.3.2.	Natureza jurídica .....	413
2.3.3.	Espécies.....	414
2.3.4.	Requisitos.....	415
2.3.5.	Peculiaridades .....	416
2.3.6.	Valor probatório .....	416
2.3.7.	Delação e delação premiada.....	416
2.4.	Perguntas ao ofendido.....	420
2.4.1.	Considerações gerais: conceito e natureza.....	420
2.4.2.	Repercussões processuais .....	420
2.4.3.	Valor probatório das declarações do ofendido .....	421
2.4.4.	Prerrogativas do ofendido .....	422
2.5.	Testemunhas.....	423
2.5.1.	Conceito e natureza .....	423
2.5.2.	Características da prova testemunhal.....	424

2.5.3.	Recusa e impedimento .....	425
2.5.4.	Demais vedações.....	426
2.5.5.	Deveres da testemunha.....	427
2.5.6.	Número de testemunhas .....	427
2.5.7.	Classificação.....	428
2.5.8.	Lugar do depoimento e precatória .....	429
2.5.9.	Testemunho dos militares e funcionários públicos .....	430
2.5.10.	Procedimento para tomar o depoimento .....	430
2.5.11.	O depoimento.....	432
2.5.12.	Falso testemunho e prisão em flagrante .....	435
2.5.13.	Competência para julgamento do falso testemunho .....	437
2.5.14.	Proteção.....	437
2.5.15.	Valor Probatório .....	437
2.6.	Reconhecimento de pessoas e coisas .....	438
2.6.1.	Conceito e natureza jurídica.....	438
2.6.2.	Reconhecimento de pessoas.....	438
2.6.2.1.	Procedimento .....	438
2.6.2.2.	Intimidação .....	439
2.6.3.	Reconhecimento fotográfico e fonográfico .....	439
2.6.4.	Reconhecimento de coisas .....	440
2.7.	Acareação.....	440
2.7.1.	Conceito e natureza .....	440
2.7.2.	Pressupostos .....	440
2.7.3.	Procedimento .....	440
2.7.4.	Valor probatório .....	441
2.8.	Documentos .....	441
2.8.1.	Conceito .....	441
2.8.2.	Espécies.....	441
2.8.3.	Requisitos.....	442
2.8.4.	Produção.....	442
2.8.5.	Tradução.....	444
2.8.6.	Restituição.....	444
2.9.	Indícios e presunções .....	444
2.9.1.	Conceito .....	444
2.9.2.	Classificação.....	445
2.9.3.	Valor probatório .....	445
2.10.	Busca e apreensão.....	445
2.10.1.	Conceito e natureza jurídica.....	445
2.10.2.	Iniciativa.....	446
2.10.3.	Objeto.....	447
2.10.4.	Momento .....	448
2.10.5.	Espécies.....	449
2.10.5.1.	Busca domiciliar .....	449
2.10.5.2.	Busca pessoal .....	455
3.	Quadro sinótico .....	456
4.	Súmulas aplicáveis.....	471
4.1.	STJ .....	471
4.2.	STF.....	472
5.	Informativos recentes.....	472

5.1. STJ .....	472
5.2. STF .....	477
6. Questões de concursos públicos .....	482

**Capítulo VIII**

<b>SUJEITOS NO PROCESSO PENAL</b> .....	493
1. A relação processual penal .....	493
2. Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público .....	494
2.1. Juiz .....	494
2.2. Ministério Público .....	495
2.3. Funcionários do Poder Judiciário .....	498
2.4. Auxiliares do juízo .....	499
3. Acusado e defensor .....	500
4. Querelante .....	504
5. Assistente do Ministério Público .....	504
6. Assistente da defesa .....	508
7. Quadro sinótico .....	509
8. Súmulas aplicáveis .....	510
8.1 STF .....	510
9. Informativos recentes .....	510
9.1. STJ .....	510
9.2. STF .....	510
10. Questões de concursos públicos .....	511

**Capítulo IX**

<b>PRISÕES</b> .....	515
1. Conceito .....	515
2. Formalidades e execução .....	516
2.1. Mandado de prisão .....	516
2.2. Restrição de horário e inviolabilidade domiciliar .....	518
2.3. Prisão em perseguição .....	519
2.4. Prisão em território diverso da atuação judicial .....	520
2.5. Prisão especial .....	522
2.6. Emprego de força e uso de algemas .....	523
2.7. Regime disciplinar diferenciado (RDD) .....	528
3. Prisão em flagrante .....	530
3.1. Conceito .....	530
3.2. Espécies de flagrante .....	531
3.2.1. Flagrante próprio (propriamente dito, real ou verdadeiro) .....	531
3.2.2. Flagrante impróprio (irreal ou quase flagrante) .....	531
3.2.3. Flagrante presumido (ficto ou assimilado) .....	532
3.2.4. Flagrante compulsório ou obrigatório .....	532
3.2.5. Flagrante facultativo .....	533
3.2.6. Flagrante esperado .....	533
3.2.7. Flagrante preparado ou provocado .....	533
3.2.8. Flagrante prorrogado (retardado, postergado, diferido, estratégico ou ação controlada) .....	535
3.2.9. Flagrante forjado .....	536
3.2.10. Flagrante por apresentação .....	537

4.	Flagrante nas várias espécies de crime .....	537
4.1.	Crime permanente .....	537
4.2.	Crime habitual .....	538
4.3.	Crime de ação penal privada e pública condicionada .....	539
4.4.	Crime continuado .....	539
4.5.	Infração de menor potencial ofensivo .....	540
5.	Sujeitos do flagrante .....	541
5.1.	Sujeito ativo .....	541
5.2.	Sujeito passivo .....	541
5.3.	Autoridade competente .....	543
6.	Procedimentos e formalidades .....	544
6.1.	Nota de culpa .....	547
6.2.	Remessa à autoridade .....	547
7.	Prisão preventiva .....	549
7.1.	Conceito .....	549
7.2.	Pressupostos .....	549
7.3.	As hipóteses de decretação .....	550
7.4.	Infrações que comportam a medida .....	554
7.5.	Decretação e sistema recursal .....	557
7.6.	Fundamentação .....	559
7.7.	Revogação .....	560
7.8.	Apresentação espontânea .....	561
7.9.	Preventiva X excludentes de ilicitude .....	562
8.	Prisão temporária .....	562
8.1.	Conceito .....	562
8.2.	Decretação .....	563
8.3.	Cabimento (manter redação original) .....	563
8.3.1.	Imprescindibilidade para as investigações do inquérito policial (inciso I) .....	564
8.3.2.	Indiciado não tem residência fixa ou não fornece elementos para sua identificação (inciso II) .....	565
8.3.3.	Quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes relacionados (inciso III) .....	566
8.4.	Prazos .....	569
8.4.1.	Regra geral (art. 2º da Lei n.º 7.960/1989) .....	569
8.4.2.	Crimes hediondos e assemelhados, quais sejam, tráfico de drogas, terrorismo e tortura (parágrafo 4º, art. 2º, Lei n.º 8.072/1990) .....	569
8.5.	Procedimento .....	570
9.	Prisão decorrente da decisão de pronúncia .....	571
10.	Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível .....	573
11.	Prisão domiciliar .....	576
12.	Prisão administrativa .....	577
13.	Prisão civil .....	579
14.	Prisão para averiguações .....	580
15.	Quadro sinótico .....	580
16.	Súmulas aplicáveis .....	590
16.1.	STJ .....	590
16.2.	STF .....	590



17. Informativos recentes.....	591
17.1. STJ.....	591
17.2. STF.....	593
18. Questões de concursos públicos.....	598

## Capítulo X

### LIBERDADE PROVISÓRIA

<b>E OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO .....</b>	<b>611</b>
1. Conceito.....	611
2. Espécies.....	613
2.1. Liberdade provisória obrigatória.....	613
2.2. Liberdade provisória permitida.....	615
2.3. Liberdade provisória vedada.....	615
3. Liberdade provisória sem fiança.....	616
3.1. Liberdade provisória sem fiança e sem vinculação.....	616
3.2. Liberdade provisória sem fiança e com vinculação.....	619
3.2.1. Restrições.....	621
3.2.2. Fundamentação.....	624
3.2.3. Outras hipóteses de cabimento.....	625
3.2.4. Sistema recursal.....	626
4. Liberdade provisória mediante fiança.....	626
4.1. Fiança X liberdade provisória mediante fiança.....	627
4.2. Objetivos da fiança.....	627
4.3. Valor da fiança.....	627
4.3.1. Demais critérios para o arbitramento.....	629
4.4. Modalidades de fiança.....	630
4.5. Obrigações do afiançado.....	631
4.6. Vedações legais.....	632
4.6.1. Vedações do art. 323, CPP.....	635
4.6.2. Vedações do art. 324, CPP.....	636
4.6.3. Demais vedações.....	637
4.7. Quebra da fiança.....	638
4.8. Perda da fiança.....	639
4.9. Cassação da fiança.....	639
4.10. Reforço da fiança.....	640
4.11. Dispensa da fiança.....	641
4.12. Procedimento.....	642
4.13. Execução.....	642
5. Outras medidas cautelares diversas da prisão.....	643
5.1. Considerações gerais.....	643
5.2. Momento e legitimidade.....	644
5.3. Requisitos.....	644
5.4. Cautelares em espécie.....	645
6. Quadro sinótico.....	649
7. Súmulas aplicáveis.....	657
7.1. STJ.....	657
8. Informativos recentes.....	658
8.1. STJ.....	658
8.2. STF.....	658

**Capítulo XI**

<b>ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL</b> .....	663
1. Formas de comunicação processual.....	663
2. Citação.....	664
2.1. Conceito.....	664
2.2. Espécies.....	664
2.2.1. Citação pessoal.....	665
2.2.2. Citação por edital.....	668
2.2.3. Citação por hora certa.....	671
3. Intimação e notificação.....	672
4. Revelia e suspensão do processo penal.....	675
5. Informatização do processo judicial.....	679
6. Quadro Sinótico.....	681
7. Súmulas Aplicáveis.....	682
7.1. STJ.....	683
7.2. STF.....	683
8. Informativos recentes.....	683
8.1. STJ.....	683
8.2. STF.....	684
9. Questões de concursos públicos.....	685

**Capítulo XII**

<b>SENTENÇA</b> .....	689
1. Noção de sentença.....	689
2. Classificação das sentenças.....	691
3. Fundamentação e estrutura das sentenças.....	693
4. Sentenças em processo penal condenatório e seus efeitos.....	700
4.1. Sentença condenatória.....	700
4.1.1. Técnica da sentença penal condenatória.....	709
4.2. Sentença absolutória.....	712
4.3. Sentença declaratória de extinção da punibilidade.....	715
5. Coisa julgada e preclusão.....	715
6. Quadro Sinótico.....	717
7. Súmulas aplicáveis.....	723
7.1. STF.....	723
8. Informativos recentes.....	723
8.1. STF.....	723
8.2. STF.....	724
9. Questões de concursos públicos.....	725

**Capítulo XIII**

<b>PROCEDIMENTOS</b> .....	729
1. Considerações Gerais.....	729
2. Procedimento comum.....	730
2.1. Procedimento comum ordinário (artigos 394 a 405, CPP).....	732
2.1.1. Questões complementares.....	739
2.1.2. Sequência.....	746
2.2. Procedimento comum sumário (artigos 531 a 536, CPP).....	747
2.2.1. Sequência.....	750

## SUMÁRIO

2.3.	Procedimento comum sumaríssimo (juizados especiais criminais).....	750
2.3.1.	Considerações iniciais.....	750
2.3.2.	Fase preliminar.....	752
2.3.3.	Audiência preliminar.....	752
2.3.4.	Procedimento sumaríssimo .....	756
3.	Procedimentos especiais .....	758
3.1.	Crimes afiançáveis imputados a funcionário público .....	761
3.1.1.	Peculiaridades do procedimento .....	762
3.1.2.	Sequência .....	764
3.2.	Crimes contra a honra .....	764
3.2.1.	Sequência .....	767
3.3.	Entorpecentes.....	767
3.3.1.	Sequência .....	773
3.4.	Procedimento especial para os crimes falimentares.....	774
3.5.	Outros procedimentos especiais.....	776
3.5.1.	Procedimento criminal da ação penal originária dos tribunais .....	776
3.5.2.	Procedimento para os crimes contra a propriedade imaterial .....	779
3.5.3.	Procedimento para a restauração de autos extraviados.....	782
4.	Procedimento especial dos crimes dolosos contra a vida .....	784
4.1.	Fundamentos do tribunal do júri .....	784
4.2.	Princípios reitores .....	785
4.3.	Características .....	787
4.4.	Rito especial do júri .....	788
4.4.1.	Judicium accusationis .....	789
4.4.1.1.	“Sentença” de pronúncia.....	792
4.4.1.2.	Impronúncia.....	797
4.5.	Sentença de absolvição sumária.....	798
4.6.	Decisão de desclassificação da infração penal contra a vida .....	801
4.7.	Rito especial do júri: <i>judicium causae</i> .....	804
4.8.	Libelo (revogado).....	806
4.9.	Contrariedade ao libelo (revogada).....	808
4.10.	Desaforamento .....	808
4.11.	Instalação da sessão do júri.....	810
4.11.1.	Noção de sessão do júri.....	810
4.11.2.	Alistamento dos jurados.....	811
4.11.3.	Organização da pauta .....	812
4.11.4.	Sorteio e convocação dos jurados .....	813
4.11.5.	Função de jurado .....	813
4.11.6.	Reunião e sessões do tribunal do júri.....	815
4.12.	Formação do conselho de sentença.....	818
4.13.	Atos instrutórios.....	819
4.14.	Debates e poderes do juiz .....	821
4.15.	Formulação dos quesitos e votação.....	823
4.16.	Sentença e ata da sessão.....	829
5.	Procedimento especial dos crimes militares .....	830
6.	Quadro Sinótico .....	836
7.	Súmulas Aplicáveis .....	854
7.1.	STJ .....	854
7.2.	STF.....	854

8.	Informativos recentes.....	854
8.1.	STJ.....	854
8.2.	STF.....	857
9.	Questões de concursos públicos.....	859

**Capítulo XIV**

<b>RECURSOS</b> .....	867
1. Teoria geral dos recursos.....	867
1.1. Conceito.....	867
1.2. Natureza jurídica.....	868
1.3. Fundamentos e o duplo grau de jurisdição.....	870
1.4. Princípios recursais.....	871
1.5. Impedimentos.....	881
1.6. Pressupostos de admissibilidade recursal.....	882
1.6.1. Pressupostos objetivos de admissibilidade recursal.....	884
1.6.2. Pressupostos subjetivos de admissibilidade recursal.....	889
1.6.3. Juízo de admissibilidade e competência recursal.....	893
1.7. Efeitos recursais.....	896
1.8. Extinção dos recursos.....	900
2. Recursos em espécie.....	902
2.1. Apelação.....	902
2.1.1. Noção.....	902
2.1.2. Interposição.....	904
2.1.3. Cabimento.....	907
2.1.4. Processamento.....	910
2.1.5. Julgamento.....	914
2.2. Recurso em sentido estrito.....	919
2.2.1. Noção.....	919
2.2.2. Interposição.....	919
2.2.3. Cabimento.....	920
2.2.4. Processamento.....	927
2.2.5. Julgamento.....	930
2.3. Carta testemunhável.....	931
2.3.1. Noção.....	931
2.3.2. Interposição.....	932
2.3.3. Cabimento.....	934
2.3.4. Processamento.....	936
2.3.5. Julgamento.....	938
2.4. Correição Parcial.....	939
2.4.1. Noção.....	939
2.4.2. Interposição.....	940
2.4.3. Cabimento.....	941
2.4.4. Processamento.....	942
2.4.5. Julgamento.....	943
2.5. “Embarginhos” e embargos de declaração.....	943
2.5.1. Noção.....	943
2.5.2. Interposição.....	944
2.5.3. Cabimento.....	944
2.5.4. Processamento.....	944



2.5.5.	Julgamento .....	946
2.6.	Protesto por novo júri (revogado) .....	947
2.6.1.	Noção .....	947
2.6.2.	Interposição .....	949
2.6.3.	Cabimento .....	950
2.6.4.	Processamento .....	951
2.6.5.	Julgamento .....	952
2.7.	Agravo regimental .....	952
2.7.1.	Noção .....	952
2.7.2.	Interposição .....	953
2.7.3.	Cabimento .....	953
2.7.4.	Processamento .....	955
2.7.5.	Julgamento .....	955
2.8.	Embargos infringentes e de nulidade .....	955
2.8.1.	Noção .....	955
2.8.2.	Interposição .....	956
2.8.3.	Cabimento .....	957
2.8.4.	Processamento .....	959
2.8.5.	Julgamento .....	960
2.9.	Recursos especial e extraordinário .....	961
2.9.1.	Noção .....	961
2.9.2.	Interposição .....	962
2.9.3.	Cabimento .....	963
2.9.4.	Processamento .....	966
2.9.5.	Julgamento .....	969
2.10.	Reclamação constitucional .....	969
2.10.1.	Noção .....	969
2.10.2.	Interposição .....	970
2.10.3.	Cabimento .....	970
2.10.4.	Processamento .....	971
2.10.5.	Julgamento .....	972
2.11.	Recurso ordinário constitucional .....	972
2.11.1.	Noção .....	972
2.11.2.	Interposição .....	973
2.11.3.	Cabimento .....	975
2.11.4.	Processamento .....	975
2.11.5.	Julgamento .....	977
2.12.	Agravo contra decisão denegatória de recurso especial ou de recurso extraordinário .....	977
2.12.1.	Noção .....	977
2.12.2.	Interposição .....	979
2.12.3.	Cabimento .....	980
2.12.4.	Processamento .....	981
2.12.5.	Julgamento .....	982
2.13.	Embargos de divergência .....	983
2.13.1.	Noção .....	983
2.13.2.	Interposição .....	983
2.13.3.	Cabimento .....	983
2.13.4.	Processamento .....	983

2.13.5.	Julgamento.....	984
2.14.	Agravo em execução.....	985
2.14.1.	Noção.....	985
2.14.2.	Interposição.....	985
2.14.3.	Cabimento.....	986
2.14.4.	Processamento.....	986
2.14.5.	Julgamento.....	987
2.15.	Reclamação contra a lista geral de jurados.....	988
2.15.1.	Noção.....	988
2.15.2.	Interposição.....	988
2.15.3.	Cabimento.....	988
2.15.4.	Processamento.....	988
2.15.5.	Julgamento.....	988
3.	Quadro Sinótico.....	989
4.	Súmulas aplicáveis.....	1012
4.1.	STJ.....	1012
4.2.	STF.....	1013
5.	Informativos recentes.....	1014
5.1.	STJ.....	1014
5.2.	STF.....	1016
6.	Questões de concursos públicos.....	1018

## Capítulo XV

<b>NULIDADES</b> .....	1025
1. NulidadeS processuais em geral.....	1025
1.1. Introdução.....	1025
1.1.1. Noção de nulidade.....	1025
1.1.2. Sistemas de nulidades: rol exemplificativo X rol taxativo.....	1026
1.1.3. Fundamento constitucional.....	1028
1.1.4. Tipicidade e atipicidade do ato processual.....	1030
1.1.5. Elementos e formalidades do ato processual penal.....	1031
1.1.6. Confronto doutrinário.....	1032
1.3. Classificações das nulidades.....	1033
1.3.1. Influência do direito privado.....	1033
1.3.2. Fundamento das classificações.....	1033
1.3.3. Divergências na terminologia classificatória.....	1033
1.3.4. Doutrina clássica X nova doutrina das nulidades processuais.....	1034
1.3.5. Vantagens e desvantagens da adoção de uma classificação.....	1034
1.3.6. Relativização das nulidades processuais.....	1036
1.3.7. Classificações na doutrina.....	1036
1.4. Princípios informativos das nulidades.....	1040
2. Inexistência dos atos processuais.....	1046
3. Nulidades absolutas e relativas.....	1047
3.1. A arguição de nulidade.....	1047
3.2. Efeitos.....	1049
4. Hipóteses passíveis de reconhecimento judicial de nulidade.....	1050
4.1. Falta ou deficiência de defesa.....	1050
4.2. Ilegitimidade da parte.....	1053
4.3. Incompetência do juízo.....	1056

4.4.	Incompatibilidade, impedimento, suspeição ou suborno do juiz.....	1058
4.5.	Inexistência ou defeito de peça acusatória ou de representação.....	1061
4.6.	Ausência de intervenção do Ministério Público.....	1063
4.7.	Ausência ou defeito de citação e do interrogatório do réu.....	1064
4.8.	Sentença de pronúncia e libelo-crime acusatório (revogado) defeituosos.....	1066
4.9.	Não-intimação do réu da data de julgamento pelo júri.....	1068
4.10.	Presença de pelo menos quinze jurados para o júri.....	1069
4.11.	Concessão de prazos processuais.....	1070
4.12.	Falta de intimação de testemunhas.....	1072
4.13.	Falta de exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios.....	1075
4.14.	Irregularidade no sorteio e incomunicabilidade dos jurados.....	1076
4.15.	Defeito ou contradição na quesitação e nas respectivas respostas no júri.....	1077
4.16.	Irregularidades surgidas nos debates perante o tribunal popular.....	1078
4.17.	Vícios na sentença.....	1079
4.18.	Descumprimento de disposição que preconiza reexame necessário.....	1083
4.19.	Falta ou irregularidade na intimação de atos processuais.....	1085
4.20.	Descumprimento do <i>quorum</i> legal de julgamento nos tribunais.....	1086
4.21.	Omissão de formalidade essencial de ato processual.....	1087
5.	Reconhecimento judicial da nulidade e saneamento do ato processual penal.....	1088
6.	Quadro Sinótico.....	1089
7.	Súmulas aplicáveis.....	1101
7.1.	STF.....	1101
8.	Informativos recentes.....	1102
8.1.	STJ.....	1102
8.2.	STF.....	1105
9.	Questões de concursos públicos.....	1105

## Capítulo XVI

<b>AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....</b>	<b>1111</b>
1. De ordem geral.....	1111
2. <i>Habeas corpus</i> .....	1111
2.1. Fundamentos.....	1111
2.2. Cabimento.....	1114
2.2.1. Violação à liberdade de ir e vir.....	1114
2.2.2. <i>Habeas corpus</i> preventivo, repressivo e suspensivo.....	1116
2.2.3. Crime com pena privativa de liberdade.....	1117
2.2.4. Transgressão disciplinar.....	1118
2.3. Processamento e julgamento.....	1119
2.3.1. Competência.....	1119
2.3.2. Legitimidade ativa e passiva.....	1121
2.3.3. Forma de propositura.....	1122
2.3.4. Rito processual.....	1123
2.3.5. Julgamento.....	1126
2.3.6. Trancamento do inquérito, do processo ou do termo circunstanciado de ocorrência.....	1128
2.3.7. <i>Habeas corpus ex officio</i> , liberdade provisória e relaxamento de prisão..	1129
2.3.8. Recursos em <i>habeas corpus</i> .....	1130
3. Mandado de Segurança.....	1131
3.1. Fundamentos.....	1131

3.2.	Cabimento.....	1132
3.3.	Processamento e julgamento.....	1136
3.3.1.	Competência.....	1136
3.3.2.	Legitimidade ativa e passiva.....	1137
3.3.3.	Procedimento do mandado de segurança.....	1139
3.3.4.	Julgamento.....	1142
3.4.	Mandado de segurança coletivo.....	1143
4.	Revisão Criminal.....	1145
4.1.	Fundamentos.....	1145
4.2.	Cabimento.....	1146
4.3.	Processamento e julgamento.....	1147
4.3.1.	Competência.....	1147
4.3.2.	Legitimidade ad causam.....	1148
4.3.3.	Propositura.....	1149
4.3.4.	Rito da revisão criminal.....	1150
4.3.5.	Julgamento e indenização.....	1151
5.	Quadro sinótico.....	1153
6.	Súmulas aplicáveis.....	1165
6.1.	STJ.....	1165
6.2.	STF.....	1165
7.	Informativos recentes.....	1166
7.1.	STJ.....	1166
7.2.	STF.....	1168
8.	Questões de concursos públicos.....	1171

## Capítulo XVII

<b>DISPOSIÇÕES GERAIS DO CPP.....</b>	<b>1177</b>
1. Audiências e sessões.....	1177
2. Publicidade.....	1178
3. Poder de polícia do juiz.....	1178
4. prazos.....	1179
4.1. Prazos penais X prazos processuais.....	1179
4.2. Fluência dos prazos processuais.....	1180
4.3. Prazos processuais em espécie.....	1181
4.4. Princípios informadores da disciplina dos prazos processuais.....	1184
5. Retirada de autos.....	1185
6. Custas processuais.....	1185
7. substituição do escrivão/diretor de secretaria.....	1187
8. estatística judiciária criminal.....	1187
9. Quadro sinótico.....	1189
10. Informativos recentes.....	1191
10.1. STF.....	1191
11. Questões de concursos públicos.....	1191

## Capítulo XVIII

<b>TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL.....</b>	<b>1193</b>
1. Sistema internacional de persecução criminal.....	1193
2. Jurisdição e competência.....	1195
2.1. Competência material irretroativa.....	1195



2.2.	Atuação da jurisdição do Tribunal Penal Internacional .....	1196
2.3.	Princípios informadores da jurisdição e da competência do Tribunal Penal Internacional .....	1196
3.	Princípios informadores do Direito Penal e do Processo Penal Internacional .....	1199
4.	inquérito .....	1201
5.	Procedimento criminal .....	1202
5.1.	Juízo de Instrução .....	1202
5.3.	Juízo de Julgamento .....	1204
5.4.	Juízo de Recursos .....	1206
6.	Execução da pena .....	1207
7.	Quadro sinótico .....	1208
8.	Questões de concursos públicos .....	1211

**Capítulo XIX**

<b>EXECUÇÃO PENAL .....</b>	<b>1213</b>
1. Considerações gerais .....	1213
1.1. Noção .....	1213
1.2. Natureza jurídica da execução penal .....	1214
1.3. Autonomia do processo executivo penal .....	1215
2. Requisitos da execução penal .....	1216
3. Objetivos da execução penal .....	1217
4. Princípios e garantias da execução penal .....	1217
4.1. Devido processo legal .....	1217
4.2. Juízo competente .....	1218
4.3. Individualização da pena .....	1220
4.4. Personalização da pena .....	1220
4.5. Legalidade e irretroatividade da lei .....	1221
4.6. Contraditório e ampla defesa .....	1222
4.7. Direito à prova .....	1223
4.8. Isonomia .....	1223
4.9. Direito a não auto-incriminação .....	1224
4.10. Reeducação .....	1224
4.11. Duplo grau de jurisdição .....	1225
4.12. Humanização .....	1225
4.13. Cooperação comunitária .....	1226
4.14. Oficialidade .....	1226
4.15. Publicidade .....	1226
4.16. Aplicação ao preso provisório .....	1226
4.17. Motivação das decisões .....	1227
5. Órgãos da execução penal .....	1227
6. Estabelecimentos para cumprimento de pena .....	1231
6.1. Definição do estabelecimento .....	1231
6.2. Penitenciária .....	1233
6.3. Colônia agrícola, industrial ou similar .....	1233
6.4. Casa do Albergado .....	1233
6.5. Centro de Observação .....	1234
6.6. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico .....	1235
6.7. Cadeia pública .....	1235
7. Jurisdição e competência da execução penal .....	1235

8.	Restrição de direitos na execução da pena.....	1236
8.1.	Deveres.....	1236
8.2.	Direitos.....	1237
8.3.	Direitos políticos.....	1238
8.4.	Visita.....	1238
8.5.	Comunicação.....	1238
8.6.	Assistência.....	1239
8.7.	Trabalho.....	1240
8.8.	Faltas disciplinares.....	1242
8.8.1.	Espécies.....	1244
8.8.2.	Apuração, defesa técnica e aplicação.....	1245
8.9.	Regime Disciplinar Diferenciado.....	1246
8.10.	Sanções.....	1247
8.11.	Recompensas.....	1248
9.	Intervenção do ministério público na execução penal.....	1248
10.	Processo de execução penal.....	1249
10.1.	Penas privativas de liberdade.....	1249
10.2.	Penas restritivas de direito.....	1249
10.3.	Pena de multa.....	1252
10.4.	Medida de segurança.....	1256
10.5.	Prisão albergue domiciliar.....	1258
10.6.	Procedimento da execução penal.....	1259
10.6.1.	Iniciativa.....	1259
10.6.2.	Guia de execução penal.....	1259
10.6.3.	Processamento.....	1260
10.7.	Execução provisória da pena.....	1261
10.8.	Regressão de regime.....	1263
10.8.1.	Regressão cautelar.....	1264
10.9.	Progressão de regime.....	1264
10.9.1.	Requisitos.....	1264
10.9.2.	Progressão por salto.....	1267
10.10.	Incidentes e conversões.....	1268
10.10.1.	Doença mental superveniente.....	1269
10.10.2.	Desvio e excesso de execução.....	1270
10.10.3.	Anistia e indulto.....	1270
10.11.	Remição.....	1272
10.12.	Detração penal.....	1275
10.13.	Autorizações de saída.....	1275
10.14.	Livramento condicional.....	1277
10.15.	Monitoração eletrônica.....	1281
10.16.	Suspensão condicional da pena.....	1283
10.17.	Meios de impugnação.....	1285
10.17.1.	Recursos.....	1285
10.17.2.	Ações autônomas de impugnação.....	1285
10.18.	Extinção de punibilidade pelo cumprimento da pena.....	1286
11.	Quadro sinótico.....	1286
12.	Súmulas aplicáveis.....	1297
12.1.	STJ.....	1297
12.2.	STF.....	1298

## SUMÁRIO

13. Informativos recentes.....	1299
13.1. STJ .....	1299
13.1.1. Comutação da pena .....	1299
13.1.2. Exame criminológico .....	1299
13.1.3. Falta grave.....	1299
13.1.4. Livramento condicional .....	1300
13.1.5. Programas de recuperação .....	1300
13.1.6. Progressão de regime .....	1301
13.1.7. Regime de cumprimento da pena.....	1302
13.1.8. Remição .....	1303
13.1.9. Substituição da pena.....	1303
13.2. STF.....	1304
13.2.1. Execução da pena.....	1304
13.2.1.1. Falta grave.....	1304
13.2.1.2. Outros temas .....	1306
13.2.2. Execução provisória da pena.....	1308
13.2.3. Progressão de regime .....	1308
13.2.4. Regime de cumprimento da pena.....	1311
13.2.5. Substituição da pena.....	1312
14. Questões de concursos públicos.....	1313
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>1317</b>